



# Câmara Municipal de Jacarezinho

ESTADO DO PARANÁ

Rua Coronel Baptista, 335, 1.º Andar – Centro – Caixa Postal 11  
Jacarezinho/PR – CEP: 86400-000 – Telefone: (43) 3527-1919 – CNPJ: 01.510.404/0001-98  
E-mail: camarajacarezinho@gmail.com – Site: www.jacarezinho.pr.leg.br

Ofício 54/2025-SL


Jacarezinho/PR, 31 de março de 2025.

À Sua Excelência o Senhor  
JOSÉ IZAÍAS GOMES – “ZOLA”  
Presidente desta Casa de Leis  
Jacarezinho/PR

## DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

I – Recebido hoje.  
II – Dê-se ciência ao Plenário.  
III – Encaminhe-se ao Setor Jurídico para emissão de parecer e, na sequência, enviar às Comissões competentes.

Jacarezinho/PR, 03/04/2025.

  
JOSE IZAÍAS GOMES – “ZOLA”  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência o **PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO 10/2025**, que visa instituir a política municipal de fornecimento gratuito de medicamentos formulados à base de canabidiol, em caráter de excecionalidade pelo Sistema Único de Saúde – SUS e sua inclusão na REMUME (Relação Municipal de Medicamentos), visando atender prioritariamente os pacientes portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Deficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) do Município de Jacarezinho, e dar outras providências, para análise desta Casa de Leis e posterior deliberação pelo Plenário.

Atenciosamente,

  
Professor MARCUS SELONK

Vereador/MDB



# Câmara Municipal de Jacarezinho

ESTADO DO PARANÁ

Rua Coronel Baptista, 335, 1.º Andar – Centro – Caixa Postal 11  
Jacarezinho/PR – CEP: 86400-000 – Telefone: (43) 3527-1919 – CNPJ: 01.510.404/0001-98  
E-mail: camarajacarezinho@gmail.com – Site: www.jacarezinho.pr.leg.br

## PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO 10/2025

Institui a política municipal de fornecimento gratuito de medicamentos formulados à base de canabidiol, em caráter de excepcionalidade pelo Sistema Único de Saúde – SUS e sua inclusão na REMUME (Relação Municipal de Medicamentos), visando atender prioritariamente os pacientes portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Deficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) do Município de Jacarezinho.

**Art. 1.º** Fica instituída a política municipal de fornecimento gratuito de medicamentos de derivado vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahydrocanabidiol, em caráter de excepcionalidade pelo Poder Executivo, nas unidades de saúde pública municipal e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS.

**Art. 2.º** A política instituída tem como objetivo adequar a temática do uso da cannabis medicinal aos padrões de saúde pública municipal mediante a realização de estudos e referências internacionais, visando ao fornecimento e acesso aos medicamentos de derivado vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahydrocanabidiol, aos pacientes portadores de doenças cujas consequências clínicas e sociais comprovadamente reduzidas com o uso do medicamento, prioritariamente os acometidos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Deficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) do Município de Jacarezinho.

**Parágrafo Único** São objetivos específicos desta política:

I - diagnosticar e tratar pacientes cujo tratamento com a cannabis medicinal possua eficácia ou produção científica que incentive o tratamento;

II - promover políticas públicas de debate e fornecimento de informação a respeito do uso da medicina canábica através de palestras, fóruns, simpósios, cursos de capacitação de gestores e demais atos necessários para o conhecimento geral da população acerca da cannabis medicinal, realizando parcerias público-privadas com entidades, de preferência sem fins lucrativos.

**Art. 3.º** Para efeitos desta Lei são adotadas as seguintes definições:

I - Canabidiol (CBD): substância (nome químico: 2-[(1R,6R)-3-metil- 6-(1-metiletenil)-2-ciclohexen-1-il]-5-pentil-1,3-Benzenodiol, número CAS: 13956-29-1 e fórmula molecular: C<sub>21</sub>H<sub>30</sub>O<sub>2</sub>), constante da Lista C1 do Anexo I da Portaria da





# Câmara Municipal de Jacarezinho

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Coronel Baptista, 335, 1.º Andar – Centro – Caixa Postal 11  
Jacarezinho/PR – CEP: 86400-000 – Telefone: (43) 3527-1919 – CNPJ: 01.510.404/0001-98  
E-mail: camarajacarezinho@gmail.com – Site: www.jacarezinho.pr.leg.br

Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde - SVS/MS n. 344/98 e suas atualizações, extraída da planta Cannabis SP, que consta na lista E - Lista de plantas proscritas que podem originar substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas;

II - Tetrahydrocannabinol (THC): substância (nome químico: (6AR,10aR)-6,6,9-trimetil-3-pentil-6a,7,8,10a-tetrahydro-6H-benzo[c]chromen-1-ol, CAS: 1972- 08-3 e fórmula molecular: C<sub>21</sub>H<sub>30</sub>O<sub>2</sub>) constante da Lista F2 do Anexo I da Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde - SVS/MS n. 344/98 do Ministério da Saúde e de suas atualizações (Lista das Substâncias Psicotrópicas de uso proscrito no Brasil), que pode ser extraída da planta Cannabis SP, planta que consta na lista E - Lista de plantas proscritas que podem originar substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas;

III - Canabinóides: compostos químicos que podem ser encontrados na planta Cannabis SP e possuem afinidade com os receptores CB1 ou CB2, assim como os sais, isômeros, ésteres e éteres destas substâncias;

IV - CID 11 : Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde que necessitam do uso de medicamentos de derivado vegetal à base de Canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o Tetrahydrocannabinol;

V - o Transtorno do Espectro do Autismo é identificado pelo código 6A02 em substituição ao CID-10 F84.0, e as subdivisões passam a estar relacionadas com a presença ou não de Deficiência Intelectual e/ou comprometimento da linguagem funcional;

VI - o código do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) na Classificação Internacional de Doenças (CID-11) é 6A05;

VII - derivado vegetal: medicamento da extração da planta medicinal fresca ou em estado vegetal que contenha as substâncias responsáveis pela ação terapêutica, podendo ocorrer na forma de extrato, óleo fixo e volátil, cera, exsudato e outros;

VIII - medicamento à base de canabidiol: medicamento industrializado tecnicamente elaborado que possua em sua formulação em associação com outros canabinóides, dentre eles o Tetrahydrocannabinol.

**Art. 4.º** Fica assegurado ao paciente o direito de receber em caráter de excepcionalidade, mediante distribuição gratuita nas unidades de saúde pública municipal, medicamento de procedência nacional ou importado, formulado à base de derivado vegetal, industrializado e tecnicamente elaborado, nos termos das normas elaboradas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que possua em sua formulação o canabidiol em associação com outros canabinóides, dentre eles o tetrahydrocannabinol, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado para tratamento de saúde, acompanhado do devido laudo das razões de prescrição.

**§ 1.º** O medicamento a ser fornecido deve:

I - ser constituído de derivado vegetal;

II - ser produzido e distribuído por estabelecimentos devidamente regularizados pelas autoridades competentes em seus países de origem para as atividades de produção, distribuição ou comercialização;





# Câmara Municipal de Jacarezinho

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Coronel Baptista, 335, 1.º Andar – Centro – Caixa Postal 11  
Jacarezinho/PR – CEP: 86400-000 – Telefone: (43) 3527-1919 – CNPJ: 01.510.404/0001-98  
E-mail: camarajacarezinho@gmail.com – Site: www.jacarezinho.pr.leg.br

---

III - conter certificado de análise, com especificação e teor de canabidiol e tetrahydrocanabidiol que atenda às respectivas exigências das autoridades regulatórias em seus países de origem e no território nacional pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

**§ 2.º** obrigação prevista no “caput” deste Artigo estende-se às unidades de saúde privadas conveniadas ao Sistema Único de Saúde - SUS.

**§ 3.º** O fornecimento que trata o “caput” somente será permitido mediante o cumprimento de todos os requisitos estabelecidos nesta Lei, e desde que o paciente comprovadamente não possua condições financeiras de adquirir os medicamentos nem de tê-los adquiridos pelo respectivo grupo familiar e/ou responsáveis legais, sem prejuízo do respectivo sustento.

**§ 4.º** A Secretaria Municipal de Saúde verificará se o medicamento se enquadra nos requisitos definidos nesta Lei e nas normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, antes de sua distribuição.

**Art. 5.º** Somente será realizado o fornecimento de medicamentos à base de canabidiol, com concentração máxima de tetrahydrocanabidiol, autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

**Art. 6.º** Para a obtenção dos medicamentos à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, os pacientes devem estar cadastrados perante a Secretária Municipal da Saúde.

**§ 1.º** O cadastramento deve ser feito em nome do paciente e, caso aplicável, do responsável legal.

**§ 2.º** O paciente receberá os medicamentos de que trata o “caput” durante o período prescrito pelo médico, independentemente de idade ou sexo.

**§ 3.º** O cadastro mencionado no “caput” poderá ser realizado por um dos seguintes meios:

I - Prefeitura Municipal de Jacarezinho (sítio eletrônico);

II - entrega do formulário e documentação exigida presencialmente na Secretaria Municipal de Saúde ou departamento municipal designado previamente.

**§ 4.º** A aprovação do cadastro dependerá da avaliação da Secretária de Saúde do Município e será comunicada ao paciente ou responsável legal por meio de documento oficial emitido.

**Art. 7.º** Para o cadastramento será necessário apresentar:

I - Laudo de profissional legalmente habilitado contendo a descrição do caso, CID, justificativa para a utilização de medicamento não registrado no Brasil em comparação com as alternativas terapêuticas já existentes registradas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, bem como os tratamentos anteriores;

II - Prescrição do medicamento por profissional legalmente habilitado contendo



# Câmara Municipal de Jacarezinho

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Coronel Baptista, 335, 1.º Andar – Centro – Caixa Postal 11  
Jacarezinho/PR – CEP: 86400-000 – Telefone: (43) 3527-1919 – CNPJ: 01.510.404/0001-98  
E-mail: camarajacarezinho@gmail.com – Site: www.jacarezinho.pr.leg.br

obrigatoriamente nome do paciente e do medicamento, posologia, quantitativo necessário, tempo de tratamento, data, assinatura e número do registro do profissional inscrito em seu conselho de classe;

III - Declaração de Responsabilidade e Esclarecimento para a utilização excepcional do medicamento.

**Parágrafo Único** Caso haja alteração de quaisquer dados da prescrição inicial do medicamento durante a validade do cadastro e/ou o quantitativo autorizado de medicamento de derivado vegetal à base de Canabidiol, em associação com outros canabinóides, seja insuficiente para este período, o interessado deverá enviar nova prescrição e solicitar a alteração necessária.

**Art. 8.º** O cadastro será válido por 1 (um) ano.

§ 1.º A renovação do cadastro deve ser realizada mediante a apresentação de novo laudo de profissional legalmente habilitado contendo a evolução do caso após o uso de medicamento de derivado vegetal à base de canabidiol, e nova prescrição contendo obrigatoriamente nome do paciente e do medicamento, posologia, quantitativo necessário, tempo de tratamento, data, assinatura e número do registro do profissional inscrito em seu conselho de classe.

§ 2.º Se houver alteração de quaisquer dos dados informados no Formulário para Importação e Uso de Medicamento à base de canabidiol constantes no cadastro vigente, que devem ser apresentados no ato da renovação.

**Art. 9.º** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio São Sebastião, Sede da Câmara Municipal de Jacarezinho/PR, **31** de março de 2025.



Professor MARCUS SELONK  
Vereador/MDB





# Câmara Municipal de Jacarezinho

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Coronel Baptista, 335, 1.º Andar – Centro – Caixa Postal 11  
Jacarezinho/PR – CEP: 86400-000 – Telefone: (43) 3527-1919 – CNPJ: 01.510.404/0001-98  
E-mail: camarajacarezinho@gmail.com – Site: www.jacarezinho.pr.leg.br

(PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO 10/2025)

## JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa de Leis,

A polêmica não vem de hoje. Embora a humanidade conviva com a Cannabis sativa (nome científico da maconha) há milênios e centenas de estudos sobre suas propriedades já tenham sido publicados, o assunto continua sendo um tabu. Ainda que por lei estejam previstos o cultivo e o uso para fins medicinais e científicos, não há no país regulamentação para o uso medicinal da planta, e na prática não há regras claras para definir em que condições ela pode ser manipulada. Esse quadro mudou quando o primeiro paciente brasileiro conseguiu uma liminar na justiça para importar e utilizar um medicamento derivado da maconha.

A substância é uma das mais de 50 (cinquenta) ativas na planta e não tem efeito psicotrópico (não provoca alterações da percepção em quem utiliza). Basicamente, ao entrar na corrente sanguínea e chegar ao cérebro, ela “acalma” a atividade química e elétrica excessiva do órgão.

A proposta de regulamentação da Cannabis medicinal no Brasil foi tema de dois importantes debates, no Senado e na Câmara dos Deputados, em Brasília. A discussão contou com a participação do Diretor-Presidente da Anvisa na época, WILLIAM DIB, que alertou sobre duas consultas públicas que estão em andamento e que propõem regras claras para o cultivo controlado de Cannabis sativa para uso na medicina e em estudos científicos e o registro de medicamentos produzidos com princípios ativos da planta.

A Resolução da Diretoria Colegiada Número 660/2022 da ANVISA produziu estudos e evidências científicas sobre o benefício terapêutico de medicamentos feitos à base da planta. Uma delas trata dos requisitos técnicos e administrativos para o cultivo da planta por empresas farmacêuticas, única e exclusivamente para fins medicinais e científicos. A outra traz os procedimentos para o registro e monitoramento de medicamentos produzidos à base de Cannabis medicinal, seus derivados e análogos sintéticos.

Ademais, vale consignar que o número de ações judiciais obrigando que o Estado do Paraná forneça remédios e produtos derivados de Cannabis já custeia boa parte do que seria necessário numa ação planejada sobre o assunto.

Então, a escalada de consumo também é observada nos gastos dispendidos com todas as demandas de remédios requeridos via judicial. Fato é que atualmente já existe permissão legal para que pessoas físicas possam, em caráter de excepcionalidade, importar o medicamento mediante determinadas



# Câmara Municipal de Jacarezinho

ESTADO DO PARANÁ

Rua Coronel Baptista, 335, 1.º Andar – Centro – Caixa Postal 11  
Jacarezinho/PR – CEP: 86400-000 – Telefone: (43) 3527-1919 – CNPJ: 01.510.404/0001-98  
E-mail: camarajacarezinho@gmail.com – Site: www.jacarezinho.pr.leg.br

---

especificações. Entretanto, o custo restringe o acesso para a grande maioria da população.

Deste modo, solicito aos meus nobres pares que auxiliem na aprovação desta propositura de relevância social importante.

Jacarezinho/PR, 31 de março de 2025.

  
Professor MARCUS SELONK  
Vereador/MDB